

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 13 a 17 de julho, em Brasília.

ESFORÇOS ANTES DO RECESSO DO CONGRESSO, TEMAS ADIADOS, TENSÃO SOBRE EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS & TARIFAÇÃO NOS EUA

Pautas importantes não devem avançar antes do recesso do Congresso. Projetos como o fim da escala 6 x 1, renegociação de dívidas rurais, PLP dos combustíveis, MP do piso mínimo do frete e PL da misoginia ainda esperam acordo entre lideranças dos partidos para ter encaminhamento antes de 18 de julho.

Fim da escala 6 x 1 sem definição no Senado. Uma das principais pautas trabalhistas, especialmente em razão do impacto social e político, a PEC 221/2019 permanece parada há 40 dias. Para o avanço da matéria, o Presidente da Casa, Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), precisa despachar o texto para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Sem o despacho, fica inviabilizada a apreciação da proposta antes do recesso. Alcolumbre tem resistido a endossar o calendário do governo, em razão dos ataques que vem sofrendo por membros da base aliada do Planalto.

Outros temas que devem ficar para depois do recesso. No Senado, além da escala 6x1, devem ficar para o segundo semestre legislativo a PEC da autonomia financeira do Banco Central (PEC 65/2023) e o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter - Redata (PL 278/2026). Já na Câmara, serão adiados o projeto de lei da misoginia, voltado ao enfrentamento de práticas discriminatórias e ofensivas contra mulheres (PL 896/2023) e o projeto que regulamenta a IA no Brasil (PL 2338/2023).

Por outro lado, aposentadoria dos servidores da saúde pública pode avançar no Senado. A PEC da aposentadoria diferenciada dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (PEC 14/2021), aprovada pela CCJ do Senado e encaminhada ao Plenário, permanece em alta para votação. Conforme estimativa do governo, a implementação das medidas poderá gerar aumento aproximado de R\$ 3 bilhões anuais nas despesas públicas.

Na linha de matérias com impacto fiscal, renegociação de dívidas rurais segue em discussão. Após aprovação no Senado, a proposta aguarda votação na Câmara. O governo manifesta preocupação com o impacto financeiro da medida, estimado pelo Ministério da Fazenda em até R\$ 140 bilhões, e avalia proposta de medida provisória conforme a equipe econômica. Representantes do setor agropecuário defendem a continuidade da tramitação do projeto aprovado pelo Senado.

Em outra frente, caminhoneiros pressionam votação da política de fretes. A Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava) convocou mobilização nacional para pressionar o Senado a votar a MP 1343/2026, que regulamenta o piso mínimo do transporte rodoviário de cargas. Já aprovada na Câmara, a medida perde a eficácia nesta terça (14) se não for apreciada. Apesar da mobilização anunciada para hoje, não foram identificados prejuízos nas rodovias do país.

Emendas orçamentárias voltam a tensionar Poderes. O presidente da Câmara, Hugo Motta (REP/PB), classificou como “inaceitável” a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, que determinou um prazo de 10 dias para que a Câmara envie a documentação de tramitação interna das emendas parlamentares a fim de auxiliar a investigação em curso sobre supostas irregularidades e desvios de recursos públicos. O episódio reacende o debate sobre as competências institucionais e a relação entre os poderes da República na execução e fiscalização das emendas parlamentares.

No âmbito internacional, Brasil tem semana decisiva para negociar o “tarifaço” com os EUA. O governo norte-americano definirá até 15 de julho a eventual aplicação de uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros. O Planalto trabalha com a possibilidade de implementação da medida, mas busca ampliar a lista de exceções e preservar setores considerados estratégicos para a economia nacional.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** visitou, nesta segunda (13), a Divisão de Motores e Veículos e o Laboratórios de Robótica, Automotiva e NSPi, do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), em São Caetano do Sul (SP).

Pela tarde, visitou o projeto da primeira turbina movida a etanol desenvolvida pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) no Campus do CTA, em São José dos Campos (SP), com anúncio à imprensa no local.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** acompanhou, nesta segunda (13), o presidente **Lula** em visita à Divisão de Motores do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), em São Caetano do Sul (SP), e ao projeto da primeira turbina movida a etanol desenvolvida pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) no Campus do CTA, em São José dos Campos (SP).

MinC

Ministério da Cultura

ANCINE Agência Nacional de Cinema

Está prevista, na terça (15), a **971ª Reunião Deliberativa Ordinária da Diretoria Colegiada**, cujo início está previsto para 14h, por meio de videoconferência e transmitida no canal da ANCINE no [YouTube](#). Dentre os itens da [pauta](#), destacamos, na sessão administrativa, a proposta de ação referente à realização de Consulta Pública da Notícia Regulatória sobre a **regulamentação do financiamento de jogos eletrônicos** com recursos públicos geridos pela ANCINE, além da ratificação das Deliberações Ad Referendum nºs 195-E, 196-E e 197-E, de 2026, que autorizam **missão institucional à República Popular da China**, no segmento de jogos eletrônicos, inovação tecnológica, formação profissional e políticas públicas para a indústria de games, no período de 29 de julho a 10 de agosto de 2026.

MD

Ministério da Defesa

Agenda do Ministro - **José Múcio** realizará missão internacional entre os dias 14 e 15 de julho para o Paraguai com o objetivo de participar de reunião bilateral com o Ministro da Defesa paraguaio, Óscar Luís González Cañete.

MF

Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Dario Durigan** participou, nesta segunda (12), do encontro com Clientes Institucionais da Necton Investimentos. Após, visitou a sede da Folha.

Pela tarde, reuniu-se com **Luiz França**, presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (**ABRAINC**). Ainda, teve reunião com **Gabriel Galípolo**, presidente do Banco Central (BC).

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Gabriel Galípolo** reuniu-se, nesta segunda (13), com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, em São Paulo (SP), para tratar de assuntos institucionais.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2026 permaneceu em US\$ 76,2 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano diminuiu para 5,16%. No caso do PIB 2026, os economistas do mercado mantiveram a estimativa de crescimento em 1,99%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 14%, assim como a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2026, que permaneceu em R\$ 5,20.

CAIXA
Caixa Econômica Federal

A Vice-Presidente da Caixa, Inês Magalhães, participa da "Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Revisão de Meio Termo da Nova Agenda Urbana", em Nova York, Estados Unidos, no período de 14 a 19 de julho.

Agenda internacional

✓ Paris (França) - "Viva Tech 2026"

CNPE
Conselho Nacional de Política Energética

O órgão deverá se reunir nesta terça (14) para deliberar sobre o aumento de etanol na gasolina.

MRE
Ministério das Relações Exteriores

Agenda do ministro – **Mauro Vieira** realizou, nesta segunda-feira (13), despacho com o secretário de Europa e América do Norte, embaixador Roberto Abdalla, e com o secretário de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, embaixador Alex Giacomelli da Silva. Além disso, o ministro realizou telefonema com a ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Ilza Maria dos Santos Amado Vaz.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Na última semana, a sessão deliberativa de vetos, cuja realização era esperada, não se confirmou por falta de acordo entre os parlamentares.

Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027 não deve ser votada antes do recesso parlamentar, que vai de 18 a 31 de julho. Caso esse cenário se confirme, os prazos de vigência das Medidas Provisórias não serão suspensos, o que reduzirá o prazo de deliberação de Medidas Provisórias (MPV).

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** tem sessão deliberativa semipresencial agendada para terça-feira (14). A [pauta](#) divulgada é composta por 19 itens: 6 requerimentos solicitando regime de urgência; 6 Medida Provisórias que abrem crédito extraordinário; e 7 projetos de lei, dos quais destacamos: [PL 5229/2025](#), que dispõe sobre suplementos alimentares; [PL 3085/2026](#), que regulamenta o regime de relevância perante o STJ; e a [PEC 253/2016](#) que permite que entidade de representação de municípios possam apresentar ADI e ADC perante o SF.

Ademais, há a expectativa que o presidente da Casa, deputado Hugo Motta, coloque em votação o [PL 4675/2025](#), que estabelece a regulação econômica das plataformas digitais. Entretanto, alguns atores, como parlamentares do PL, defendem que a matéria seja apreciada após as eleições. Na última semana, o relator da proposta, deputado Aliel Machado, apresentou substitutivo que flexibiliza o texto original e restringe sua aplicação.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** tem sessão deliberativa semipresencial previstas para terça (14), quarta (15) e quinta-feira (16). Ao todo, 10 proposições constam nas pautas das reuniões, das quais destacamos: [PL 2465/2026](#), que permite a aplicação de recursos do FGTS em operações de créditos às entidades hospitalares filantrópicas e às instituições sem fins lucrativos; [PL 699/2023](#), que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes; [PL 4275/2021](#), que estabelece limites à retenção de recursos do FPE e FPM em razão de dívidas previdenciárias de entes recebedores.

Ademais, há a expectativa de inclusão da MPV 1343/2026 (Altera a Lei do Piso Mínimo do Frete) na pauta da Casa uma vez que seu último dia de vigência é 16/07, quinta-feira.

Comissões

TRABALHISTA

Senado | CAS | Terça (14) | 14h30

Estatuto do Aprendiz

Audiências Públicas - A CAS debaterá o PL 6461/2019 que institui o [Estatuto do Aprendiz](#). A discussão conta com a presença confirmada dos seguintes órgãos e instituições: FEBRAC; Fenep; FENAVIST; MTE; SINDIPESTEM; FEBRAEDA; CIEE; MPT; CNT; SINAT; CitrusBR; e FIESP.

Política

Empresários contra fim da escala 6x1 bancam anúncios nas redes sociais para defender Alcolumbre.

A Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) gastou entre R\$ 28,1 mil e R\$ 33,2 mil para impulsionar conteúdo defendendo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), por travar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que proíbe a escala 6x1 (de seis dias de trabalho para um de folga) e adiar a votação que o governo tentava acelerar. Foram 19 publicações no Instagram e Facebook favoráveis ao senador, que entrou em conflito com o governo Lula e o PT por segurar a PEC, criticada pelos empresários. As postagens divulgaram discursos de Alcolumbre, afirmaram que o povo estava com ele nessa decisão e defenderam que era preciso impedir uma tramitação acelerada para permitir um "debate amplo", que mostre os impactos para o país. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Senado cria Frente Parlamentar Mista de Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Segurança Digital.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil/Amapá), oficializou a criação da Frente Parlamentar Mista de Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Segurança Digital justamente em um momento em que o principal projeto de regulação da inteligência artificial no país – o PL 2338/2023- continua sem previsão de votação na Câmara dos Deputados. A Resolução nº 19, publicada sexta-feira (10), institui um colegiado permanente destinado a acompanhar políticas públicas, promover debates e contribuir para a elaboração de propostas legislativas sobre inteligência artificial, proteção de dados pessoais e segurança digital. A frente só terá seus integrantes selecionados na volta do recesso parlamentar, em agosto. A decisão do Senado – comandado pelo Senador Davi Alcolumbre – chega depois da aprovação do Marco Regulatório da Inteligência Artificial, há um ano e meio. O texto voltou à Câmara dos Deputados e está sob a relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), que prometeu relatório para antes do recesso, mas até agora não o apresentou.

[Fonte:](#) Convergência Digital

Semana da Câmara terá abandono de animais e câmeras com biometria facial A Câmara dos Deputados entra semana com 19 itens para deliberação em Plenário. Segundo a programação oficial da Casa, haverá sessão deliberativa extraordinária semipresencial na terça-feira (14), além de sessões solenes já marcadas para terça e quarta. Entre os destaques aparecem medidas provisórias de crédito extraordinário para diferentes ministérios, um projeto que autoriza a instalação de câmeras de reconhecimento facial em repartições públicas, além de propostas ligadas a alimentos, direito processual e regras de urgência para outras matérias. A agenda da semana também inclui uma sessão não deliberativa solene em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Na quarta-feira (15) estão previstas duas sessões solenes: uma às 9h, em homenagem à Convenção dos Ministros das Assembleias de Deus de São Paulo, e outra às 11h, em homenagem a José de Ribamar Bogéa, fundador do Jornal Pequeno, do Maranhão. [Fonte:](#) Congresso em Foco

Economia

Câmara indica R\$ 1,3 bilhão em emendas similares ao orçamento secreto sem informar autor, diz estudo. A Câmara dos Deputados indicou 1.341 emendas de comissão que totalizam R\$ 1,3 bilhão sem transparência, similares ao orçamento secreto, sobre quem é o verdadeiro autor apenas em 2025, aponta relatório divulgado pela Transparência Brasil divulgado segunda-feira, 13. Esse repasse é informado em atas das reuniões das bancadas partidárias – essas atas, porém, estão indisponíveis para acesso público, em desacordo ao que está previsto na legislação brasileira. Essas emendas sem autor recebem a assinatura da liderança partidária, sem maiores informações de quem verdadeiramente fez a indicação. Sete partidos fizeram indicações do tipo: PP, União Brasil, Republicanos, PL, Avante, Podemos e Solidariedade. O montante equivale a 16% do total das emendas de comissão. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.

Governo deve esperar aplicação de nova fase do tarifaço dos EUA para calibrar reação. O governo brasileiro deve aguardar a aplicação da nova etapa do tarifaço dos Estados Unidos contra o país, previsto para o dia 15 de julho, para decidir a forma de reação. Segundo a Lei de Reciprocidade, é permitida a aplicação de retaliações equivalentes em situações como essa, na esfera econômica. As novas tarifas foram anunciadas pelo governo de Donald Trump no início de junho, propondo uma taxa de 25% sobre bens importados do Brasil. A decisão é fruto de investigação do USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA) que apurava práticas comerciais consideradas injustas. A decisão final sobre aplicação ou não cabe a Trump. O tema foi discutido em reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com ministros e auxiliares sexta-feira (10). Segundo participantes, a gestão espera que o anúncio da próxima quarta-feira (15) traga também um período de implementação da nova tarifa, o que permitirá um prazo de negociação. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Judiciário

Mudanças no acesso ao STJ. O Superior Tribunal de Justiça promoveu alterações em seu Regimento Interno, entre elas a Emenda 53/2026 que inclui o art. 343-A, para exigir que todas as ações originárias e todos os recursos dirigidos ao Tribunal sejam acompanhados de um resumo da controvérsia. Esse resumo deve conter a indicação dos fundamentos de fato e de direito, dos pedidos formulados, do conteúdo da decisão impugnada e dos dispositivos legais invocados. A justificativa apresentada pela Comissão de Regimento Interno para a inovação foi de que "a exigência de resumo das peças processuais contribui para o aprimoramento da triagem e da gestão do acervo processual". Na prática, essa nova exigência vem acompanhada da proposta de instalação do filtro da relevância, mecanismo que analisa a importância da questão jurídica discutida nos recursos a serem admitidos no STJ, e cuja regulamentação infraconstitucional tramita no PL 3085/2026, já aprovado no Senado e em votação de urgência pelo Plenário da Câmara nesta terça-feira (14). Ambos os movimentos anunciam a reformulação da porta de entrada ao Tribunal da Cidadania.

STF suspende processo seletivo da ANTT para novos mercados de transporte rodoviário. O ministro André Mendonça, relator da Reclamação (Rlc) 86498 no Supremo Tribunal Federal, suspendeu o processo seletivo da ANTT para a distribuição de novos mercados de transporte rodoviário interestadual de passageiros. A decisão liminar considera indícios de falhas críticas de segurança cibernética no sistema da Agência, que, segundo parecer técnico citado no processo, podem comprometer a transparência, a auditabilidade e a lisura do certame. A ANTT terá dez dias para prestar informações complementares à Corte.

Reconhecida repercussão geral dos créditos de ICMS sobre insumos. O STF reconheceu, preliminarmente, a repercussão geral do Tema 1465 e vai decidir se o aproveitamento de créditos de ICMS

na aquisição de produtos intermediários depende da comprovação de uso direto no processo produtivo e da incorporação física ao produto final. O caso, relatado pelo ministro Nunes Marques no RE 1424015, ainda não tem data prevista para julgamento e servirá de referência para processos semelhantes em todo o país.

Estudo mapeia ações contra o poder público. Pesquisa da USP, realizada em parceria com STF, CNJ e BNDES, mostra que 11 temas concentram 90% das ações judiciais contra a administração pública, somando 10,6 milhões de processos pendentes até março de 2025. As demandas previdenciárias lideram o contencioso (45,1%), seguidas por ações envolvendo servidores públicos (21,8%) e questões tributárias (11,5%). O estudo também aponta que o Brasil tem volume de litígios contra o poder público muito superior ao de outros países e defende medidas como fortalecimento da esfera administrativa, conciliação e uso de inteligência artificial para reduzir a judicialização. [Fonte:](#) Notícias STF

Valdemar nega irregularidades envolvendo emendas e diz que decisão de Dino criminaliza política O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, negou sexta-feira (10) ter cometido irregularidades envolvendo emendas parlamentares e afirmou que a decisão do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), que determinou o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens, parte de "premissas frágeis, inferências subjetivas e de uma indevida criminalização da atividade político-partidária". Segundo a Polícia Federal, Valdemar estaria atuando para direcionar emendas. A corporação diz que os recursos foram "forjadamente" encaminhados e desviados e que o cacique do PL pode ter sido o beneficiário final. Cerca de R\$ 104 milhões já haviam sido efetivamente pagos, diz a corporação. "A defesa reafirma a inocência de Valdemar Costa Neto e adotará todas as medidas judiciais cabíveis para demonstrar a improcedência das imputações, restabelecer a legalidade e preservar suas garantias fundamentais", escreveram, em nota, os advogados Marcelo Ávila de Bessa e Thiago Fleury. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Cenário Internacional

UE vai propor proibição de acesso a redes sociais para menores de 13 anos. A União Europeia avançou, segunda-feira, em direção à proibição do acesso de crianças às redes sociais, no que seria a maior iniciativa até o momento dentro do crescente movimento global para estabelecer limites de idade para aplicativos como TikTok e Instagram. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apresentou um documento elaborado por especialistas que recomenda uma abordagem escalonada, permitindo que menores de 13 anos utilizem as redes sociais apenas por períodos limitados e sob a supervisão de pais, cuidadores e professores. As restrições seriam levantadas gradualmente à medida que os adolescentes crescessem. A União Europeia vem avaliando a possibilidade de impor uma proibição ao uso de redes sociais, após uma iniciativa de países do bloco, incluindo Grécia e França, para restringir o acesso. A pressão por uma proibição em toda a UE, semelhante à adotada pela Austrália, tem aumentado. [Fonte:](#) O Globo

Data center da Meta nos EUA vai superar custo de US\$ 250 bilhões. A Meta se comprometeu a investir mais US\$ 40 bilhões (R\$ 205 milhões) em seu amplo campus de data centers na Louisiana, elevando o investimento total esperado no local para mais de US\$ 250 bilhões (R\$ 1,285 trilhão), à medida que expande sua infraestrutura computacional para inteligência artificial. A Meta anunciou segunda-feira (13) que vai ampliar o projeto na zona rural da Louisiana para pelo menos 5 gigawatts de capacidade computacional, a um custo de US\$ 50 bilhões. Antes, a empresa havia anunciado um investimento de US\$ 10 bilhões para o data center e a comunidade ao redor. [Fonte:](#) InfoMoney.

Último Foco

Anatel quer saber como usar Inteligência Artificial no setor de Telecom. A iniciativa, objeto do Item nº 10 da Agenda Regulatória para o biênio 2025-2026, pretende definir diretrizes para o setor de telecomunicações quanto ao uso ético de aplicações baseadas em Inteligência Artificial, incentivando soluções que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciou quinta-feira, 9 de julho, a Tomada de Subsídios nº 6/2026, que busca coletar informações para subsidiar o projeto de reavaliação da regulamentação afeta ao setor de telecomunicações diante das possibilidades de uso da Inteligência Artificial ao longo de toda a cadeia de valor da prestação dos serviços.

[Fonte:](#) Convergência Digital

Economistas e líderes do setor de tecnologia publicam carta para alertar sobre ameaças da IA. A inteligência artificial pode transformar a economia mais rapidamente do que qualquer tecnologia anterior, e os legisladores devem agir com a mesma rapidez para descobrir como responder, alerta um grupo de economistas e pesquisadores. “A IA pode se tornar radicalmente mais poderosa nos próximos dez anos”, escreveram os pesquisadores em um comunicado divulgado segunda-feira, 13, acrescentando que a tecnologia “pode trazer riscos, incluindo a perda de empregos em grande escala, bem como oportunidades, como melhorias significativas no padrão de vida”. A declaração, intitulada “Precisamos agir agora”, foi assinada por quase 200 pessoas, incluindo 15 ganhadores do Prêmio Nobel e os economistas-chefes de dois dos principais laboratórios de IA, a OpenAI e a Anthropic. Outros signatários de destaque incluem Jack Clark, cofundador da Anthropic; Eric Schmidt, ex-presidente-executivo do Google; e Vinod Khosla, um proeminente investidor de capital de risco. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.